

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.946 - SP (2019/0118061-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **MARCIA ANGELA DE ALMEIDA**  
**ADVOGADO** : **ANTONIO GRANADO - SP051699**  
**AGRAVADO** : **BANCO BMG SA**  
**ADVOGADOS** : **VITOR CARVALHO LOPES - RJ131298**  
**GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO E OUTRO(S) -**  
**SP186458A**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos: i) a assertiva de ofensa a dispositivos constitucionais não serve de suporte à interposição de recurso especial; ii) impropriedade na utilização de instrução normativa do INSS como alicerce de interposição de apelo especial; iii) ausência de demonstração de vulneração dos dispositivos arrolados (incidência da Súmula 284/STF); iv) incidência da Súmula 5/STJ; v) incidência da Súmula 7/STJ e vi) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: i) incidência da Súmula 5/STJ; ii) incidência da Súmula 7/STJ e iii) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários

fixados anteriormente para 18% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade judiciária concedida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

